

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

REQUERIMENTO Nº DE 2013.

(Da Deputada Janete Capiberibe)

Requer que sejam convidados para audiência pública nesta Comissão o Coordenador do Programa Terra Legal Senhor SÉRGIO LOPES, o Senhor presidente do INCRA Nacional MÁRIO GUEDES DE GUEDES e a coordenadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Amazonas, Senhora Marta Valéria Andrade Cunha Sponton.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, que sejam convidados para audiência pública nesta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Coordenador do Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário Senhor SÉRGIO LOPES, o Senhor Presidente do INCRA Nacional MÁRIO GUEDES DE GUEDES e a Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Amazonas Senhora Marta Valéria Andrade Cunha Sponton, para tratarem da titulação dos lotes do Programa Terra Legal no Sul do Amazonas, prioritariamente na Gleba Iquiri, Município de Lábrea - AM.

JUSTIFICATIVA

O município de Lábrea, na mesorregião do Sul do Amazonas, com 69 mil quilômetros quadrados e 40 mil habitantes, é área de intenso conflito pela ocupação e posse da terra e da madeira entre assentados da reforma agrária, extrativistas e seringueiros, de um lado, e grileiros, fazendeiros, madeireiros e

pistoleiros, de outro. Este conflito já resultou em mais de 10 mortes de trabalhadores nos últimos sete anos, crimes estes do conhecimento da Ouvidoria Agrária Nacional, da Polícia Civil do Amazonas, da Secretaria de Defesa dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, mas ainda sem nenhum julgamento ou prisão.

Denúncia recente aponta que áreas do programa Terra Legal, na gleba Iquiri, município de Lábrea, estado do Amazonas, estariam sendo tituladas para grileiros. Os técnicos que executaram o georreferenciamento daquela gleba o teriam feito sob a ameaça de grupos paramilitares armados por fazendeiros e grileiros. Assim, os grileiros pretenderiam receber para si os títulos dos lotes que teriam sido “comprados”, sob ameaça, de famílias de assentados e de seringueiros e tomados de trabalhadores e de lideranças assassinados ou expulsos.

A denúncia foi feita ano passado, em Manaus, no lançamento do Relatório da Violência no Campo – 2010/11 e foi ouvida pelo procurador do Ministério Público Federal Alexandre Senra, além de lideranças ligadas aos movimentos sociais do campo, mas não houve nenhuma alteração nos procedimentos de georreferenciamento e nem no cronograma da titulação, pelo qual os títulos estariam sendo entregues aos “proprietários” dos lotes pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário entre os dias 20 e 23.

Em 2012, em episódio semelhante, técnicos da Secretaria do Patrimônio da União tiveram suas vidas ameaçadas e foram expulsos por pistoleiros armados quando iniciariam o cadastro dos lotes de lavradores e ribeirinhos nos municípios de Manicoré e Humaitá.

Sala da Comissão, de março de 2013.

Deputada JANETE CAPIBERIBERIBE – PSB/AP